






Saulo Augusto de Moraes 
Doutorando em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Regional
Professor interino da UNEMAT
saulo.augusto.moraes@unemat.br

Renato Fonseca de Arruda 
Doutor em Museologia e
Patrimônio Professor Visitante
do PPGGeo da UNEMAT
fonsecaarruda@gmail.com

Francine Suélen Assis Leite 
Doutoranda em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Regional / UNIDERP
Professora interina da UNEMAT
francine.leite@unemat.br

Jairo Luís Fleck Falcão 
Doutor em História.
Professor adjunto da UNEMAT
jairofalcão@unemat.br

**Waldineia Antunes de
Alcântara Ferreira** 
Doutora em Educação.
Professora efetiva da UNEMAT
waldineiaferreira@unemat.br

Rosalia de Aguiar Araújo 
Doutoranda em Ciências Ambientais
Professora interina da UNEMAT
rosalia.aguiar.araujo@unemat.br

O GOLPE DE 05 DE JUNHO DE 2024 CONTRA O MUSEU DO VALE DO ARINOS: PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL INDÍGENA SOB RISCO NA AMAZÔNIA MATO- GROSSENSE

Resumo

Este artigo analisa a tomada do Museu do Vale do Arinos (Juara-MT) em 05 de junho de 2024, caracterizada pelos autores como um "golpe". Através de uma metodologia interdisciplinar que articula teorias decoloniais, análise hermenêutica de discursos midiáticos e diálogos com os povos Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, o estudo demonstra que a ação foi uma expressão da violência colonial, articulada por elites locais e respaldada pela omissão e morosidade institucional, notadamente do Ministério Público Estadual de Mato Grosso. O museu, fruto de uma parceria entre a UNEMAT, uma organização da sociedade civil (Instituto ECUMAM) e representantes indígenas, é apresentado como um modelo inovador de gestão compartilhada e intercultural. Seu acervo arqueológico e etnológico desmonta o mito da Amazônia mato-grossense como um "vazio demográfico" a-histórico, contestando a narrativa hegemônica que exalta a colonização recente. O golpe, portanto, é interpretado como uma tentativa de apagamento sistemático de memórias indígenas e de supressão de narrativas contra-hegemônicas, reatualizando a colonialidade do poder. Conclui-se que a defesa do museu é um imperativo ético para a descolonização das instituições, demandando a formação de redes plurissetoriais que envolvam universidade pública, movimentos sociais e povos indígenas para combater violências estruturais e garantir o direito à memória e à justiça epistêmica.

Palavras-chave: Povos indígenas; Museologia Crítica; Governança compartilhada intercultural; Colonialidade do poder; Justiça epistêmica.

THE 5 JUNE 2024 COUP AGAINST THE VALE DO ARINOS MUSEUM: HERITAGE CULTURAL AND INDIGENOUS SOCIAL MEMORY AT RISK IN THE MATO GROSSO AMAZON

Abstract

This article examines the June 5, 2024 takeover of the Vale do Arinos Museum (Juara, MT), which the authors characterize as a "coup." Through an interdisciplinary methodology that brings together decolonial theory, hermeneutic analysis of media discourse, and dialogues with the Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa, and Munduruku peoples, the study shows that the action was an expression of colonial violence, orchestrated by local elites and enabled by institutional omission and slowness, particularly on the part of the Mato Grosso State Public Prosecutor's Office. The museum, born of a partnership among UNEMAT, a civil-society organization (Instituto Ecumam), and Indigenous representatives, is presented as an innovative model of shared, intercultural governance. Its archaeological and ethnological collections dismantle the myth of the Mato Grosso Amazon as an ahistorical "demographic void," contesting hegemonic narratives that glorify recent colonization. The coup is therefore interpreted as an attempt at the systematic erasure of Indigenous memories and the suppression of counter-hegemonic narratives, reactivating the coloniality of power. We conclude that defending the museum is an ethical imperative for institutional decolonization, requiring multisectoral networks that bring together public universities, social movements, and Indigenous peoples to confront structural violence and secure the right to memory and epistemic justice.

Keywords: Social memory; Indigenous peoples; Critical museology; Intercultural co-governance; Coloniality of power; Epistemic justice.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O termo “golpe” não possui um conceito único, puramente definido. Contudo, é amplamente utilizado em diversas literaturas científicas brasileiras, desde o século XX, para explicar diferentes formas de tomada ilegítima ou violenta de poder, por grupos reacionários e hegemônicos que não aceitam a transferência pacífica de poder ou que desejam impor, também de forma ilegítima, seus projetos de poder, provocando assim, pelo desprezo à legislação vigente e desrespeito à ordem republicana, uma ruptura democrática. Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017), em seus diversos artigos, utiliza o termo “golpe” em diferentes perspectivas, porém não contraditórias, sugerindo-lhe forma multifacetada. Nesse sentido, um “golpe” pode ocorrer (e assim se caracterizar) tanto em esfera macro, quanto micro, bastando apresentar alguns desses preceitos.

No contexto deste artigo, o “golpe” caracteriza-se pela tomada arbitrária e ilegal de um espaço público de memória (o Museu do Vale do Arinos), “golpe” este que teve como objetivo explícito suprimir narrativas contra-hegemônicas e indígenas, consideradas uma ameaça ao projeto político-colonial local. Essa ação, articulada entre parte das elites locais, ancorada na inoperância e morosidade institucional do Ministério Público Estadual, desvelou-se como uma estratégia voltada para o apagamento sistemático de evidências históricas e a reafirmação de uma narrativa unilateral no museu que glorificasse a trajetória da colonização, configurando-se, portanto, como uma reatualização e manutenção da colonialidade do poder, bem como a continuidade da violência epistêmica que opera na esfera da política para garantir o monopólio da memória e a perpetuação de hierarquias sociais racializadas (Moraes, 2022; Arruda, 2022).

A preservação do patrimônio cultural e o direito à memória, neste contexto, constituem-se em pilares fundamentais para a afirmação identitária e justiça epistemológica de povos historicamente subalternizados (Mignolo, 2003; Spivak, 2010).

No contexto brasileiro, onde a colonialidade do poder (Quijano, 2005) ainda estrutura as relações sociais e políticas, a disputa pela narrativa histórica interligada aos patrimônios culturais museológicos revela-se um campo de conflito. Assim, o presente estudo aborda um episódio emblemático dessa tensão: o golpe de 05 de junho de 2024 contra o Museu do Vale do Arinos, em

Juara, Mato Grosso, situação que expôs a fragilidade das políticas de preservação do patrimônio cultural indígena frente a interesses hegemônicos em regiões amazônicas. A tomada violenta do museu, para ser convertido em instrumento de apologia à colonização recente do noroeste mato-grossense, não apenas violou direitos constitucionais indígenas, mas também reatualizou mecanismos de apagamento histórico, racialização e subalternização de povos indígenas.

O Museu do Vale do Arinos (MuVA), mesmo vinculado por lei municipal à Administração Municipal, tem a sua gestão compartilhada com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus local; com o Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (Ecumam), uma organização da sociedade civil, de utilidade pública municipal que, dentre outras, faz as vezes de associação amigos de museus, e com representantes de quatro povos indígenas locais: Apiaká; Kayabi; Rikbaktsa; Munduruku (Juara, 2018, 2020).

Nesse sentido, a instância soberana definida em lei e responsável pelas principais decisões sobre a gestão do Museu é o Conselho Curador, formado por 10 pessoas, sendo: 2 representantes da prefeitura municipal; 2 representantes da Unemat; 2 representantes do Instituto Ecumam; 1 representante Apiaká; 1 representante Kayabi; 1 representante Munduruku; 1 representante Rikbaktsa. Se trata de um novo modelo jurídico de museu municipal no país (Arruda, 2022).

Conforme explica Moraes (2022), o MuVA foi assim pensado, juridicamente, justamente para respeitar a base plural e multidisciplinar que lhe deu vida, bem como garantir, de fato, representatividade e presencialidade indígena, tanto nos processos de decisão, quanto nas curadorias de acervos. Sua configuração jurídica se baseia em princípios interculturais e decoloniais, representando um contraponto aos museus tradicionais, frequentemente vinculados a narrativas eurocêntricas e gestão centralizada. Encampado por projetos de pesquisa e extensionistas, integrado a atuação de indígenas e indigenistas, e marcado por curadorias participativas, o museu salvaguarda acervos arqueológicos e etnológicos, além de acervos históricos e paleontológicos.

Contudo, neste trabalho, buscamos evidenciar principalmente os acervos arqueológicos e etnológicos do MuVA, que são os que mais geram tensões por se constituírem evidências de ocupações milenares de povos indígena na

região, desafiando o mito da Amazônia “a-histórica” antes da colonização recente. Essa perspectiva confronta diretamente grupos hegemônicos que detêm o discurso dominante local, alicerçado na glorificação dos “pioneiros” e “desbravadores” não indígenas, e na supressão de resistências indígenas.

A instituição simboliza, assim, a materialização de uma política pública de reparação simbólica e de reconhecimento da pluralidade histórica e cultural, motivo que tem despertado o ódio de grupos locais. Este trabalho situa-se na intersecção entre estudos decoloniais, museologia crítica e análise de políticas públicas de proteção e direito à memória, destacando como a violência colonial se manifesta na esfera da preservação do patrimônio cultural museológico.

A relevância deste artigo transcende o caso específico, projetando-se como um alerta sobre os riscos que instituições decoloniais enfrentam em cenários de ascensão autoritária. A defesa do MuVA configura-se não apenas como uma luta pelo direito à memória indígena, mas como um imperativo ético contra a naturalização da violência colonial no século XXI. Ao denunciar a lentidão do Ministério Público Estadual, em certa medida, o estudo desvela sua cumplicidade com o grupo dominante que busca legitimar a atitude autoritária e ilegal no conjunto das relações de poder. O mesmo também ocorre com a maior parte da mídia local, a qual busca atender interesses hegemônicos de grupos políticos dominantes.

Este caso emblemático possibilitou a tessitura de reflexões acerca da urgência de redes solidárias entre universidade, museus, movimentos sociais, movimentos indígenas e organismos internacionais, na defesa do patrimônio museológico. A persistência de tais conflitos exige que todos assumam um papel ativo na desconstrução de narrativas hegemônicas, reafirmando o direito dos povos originários a narrar suas próprias histórias, nos museus, nas praças e nas páginas da ciência.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, o texto combinou pesquisas bibliográfica, documental e participante. Vale destacar que este artigo, originalmente, foi concebido como parte de uma série de publicações sobre o Museu do Vale do Arinos, reconfigurada diante da ruptura histórica representada pelo golpe de 05 de junho de 2024, que interrompeu abruptamente as atividades planejadas para 2024 e 2025.

A violência colonial sofrida pela instituição museal em questão, demandou uma reorientação metodológica urgente, transformando a pesquisa em um ato de denúncia política e acadêmica. Para compreender as dimensões do conflito, adotamos uma abordagem interdisciplinar que articula análise documental, hermenêutica crítica, etnografia engajada e reflexão teórica decolonial.

A investigação documental, com a revisão sistemática de leis municipais, documentos internos do museu e processos administrativos, cruzando-os com registros de reuniões do Conselho Curador e relatórios de gestão, a fim de mapear a estrutura jurídica inovadora da instituição e as violações perpetradas.

Paralelamente, foi realizada pesquisa participante, através de diálogos com profissionais diretamente envolvidos na gestão compartilhada, incluindo lideranças indígenas, pesquisadores da UNEMAT e membros do Instituto Ecumam, cujas narrativas foram analisadas à luz das teorias da colonialidade do poder (Quijano, 2005) e do colonialismo interno (González Casanova, 2007). Essas interlocuções permitiram reconstruir a dinâmica sociopolítica do museu antes e após o golpe, destacando as tensões entre a prática decolonial e os interesses hegemônicos locais.

A análise hermenêutica das matérias jornalísticas publicadas na imprensa local, tanto em veículos independentes quanto naqueles supostamente financiados pela prefeitura, revelou-se fundamental para desvendar os mecanismos discursivos de legitimação do golpe.

Inspirados na perspectiva de Sidi e Conte (2017), examinamos não apenas o conteúdo explícito das reportagens, mas também suas omissões, silêncios estratégicos e enquadramentos ideológicos, identificando como a construção de uma narrativa sobre “uso irregular do espaço museal” serviu para criminalizar a presença indígena e acadêmica. Essa abordagem foi complementada pela revisão crítica de produções anteriores, como as de Moraes (2022) e Arruda (2022), sobre o referido museu, incluindo artigos publicados em periódicos qualificados – Revista ACENO (UFMT); Revista Memória em rede (UFPEL); Revista Ñanduty (UFGD), todas *Qualis* CAPES “A” –, que funcionaram como base comparativa para avaliar a escalada de ataques institucionais. A intertextualidade entre fontes midiáticas, registros acadêmicos e documentos legais permitiu desnaturalizar a retórica colonial, expondo sua articulação com projetos de apagamento histórico.

A dimensão axiológica da pesquisa, fundamentada na teoria crítica de Adorno e Horkheimer (1985) e na fenomenologia da experiência de Breton e Alves (2021), orientou o posicionamento ético-epistemológico do trabalho. Reconhecemos que a proximidade dos autores com o objeto de estudo – seja através de projetos extensionistas/indigenistas, curadorias colaborativas ou atuação em conselhos – não constitui um viés a ser neutralizado, mas uma condição necessária para produzir conhecimento situado (Haraway, 1995). Essa implicação política explicitada reflete-se na opção por metodologias participativas, como as descritas por Munduruku (2024), cujos relatos sobre o MuVA como “extensão da aldeia” foram integrados à análise como fontes primárias de resistência epistêmica.

A interdisciplinaridade, longe de ser um mero recurso técnico, tornou-se um imperativo ético para articular campos como o direito patrimonial, a museologia crítica e os estudos indigenistas, tensionando as fronteiras entre academia e ativismo. O monitoramento contínuo do processo judicial movido contra a prefeitura de Juara – mediante acesso ao Sistema Integrado do MP/MT – acrescentou uma camada importante à investigação, expondo a morosidade institucional como ferramenta de manutenção do *status quo* colonial.

A falta de medidas concretas para restituir o museu, mesmo após denúncia formal, foi interpretada através das lentes teóricas de Spivak (2010) sobre a cumplicidade entre Estado e subalternização de grupos minoritários, revelando como a inércia burocrática reforça hierarquias históricas. Essa análise foi enriquecida pela comparação com casos análogos de violação de direitos em contextos de fronteira (Joanoni Neto & Guimarães Neto, 2017), estabelecendo padrões de continuidade nas práticas estatais. A concepção de patrimônio adotada (Chuva, 2012), alinhada à noção de “direito à memória” (Abreu & Chagas, 2009), permitiu transcender a mera descrição factual, situando o golpe dentro de um *continuum* de violências que remonta à colonização privada dessa região mato-grossense a partir da década de 1950.

Foram articuladas escalas temporais e espaciais diversas: desde a microanálise de artefatos museais ameaçados, como as cerâmicas e os líticos, até a macro contextualização do conflito na geopolítica amazônica. A combinação de dados empíricos com reflexão teórica permitiu demonstrar como a disputa pelo museu encapsula lutas maiores por reconhecimento. A opção por uma escrita acadêmica que assume explicitamente seu caráter

denunciativo, rompendo com a pretensa neutralidade científica, reflete não apenas um posicionamento político, mas uma coerência metodológica com os princípios decoloniais que orientaram a própria criação do Museu. Assim, o presente estudo configura-se tanto como análise crítica quanto como ato de resistência documental, garantindo que as vozes silenciadas pelo golpe permaneçam visíveis.

PRESSUPOSTO HISTÓRICO E ETNOLÓGICO DO ESPAÇO REGIONAL

A região do Vale do Arinos é uma microrregião situada no noroeste de Mato Grosso e integra o complexo sociopolítico da Amazônia Legal. Em muitos outros textos, o Vale do Arinos também aparece como compondo a grande região norte mato-grossense e se constitui um espaço marcado por camadas históricas de conflitos e resistências.

Registros desde o século XIX, como os de Antônio José de Carvalho Chaves, a partir de 1819 (Mourão, 2008), Hércule Florence, a partir de 1828 (Moura, 1984) José da Silvia Guimarães, por volta de 1844 (Stuchi, 2010) e Dornstauder (Dornstauder, 1975) a partir de 1955; pesquisas realizadas por Grünberg (1970; 2004), Tempesta (2009), Sant'Ana (2009), Stuchi (2010), Oliveira (2010), Lima (2012), Ferreira (2014), Migliacio (2017), Moraes (2022), Moraes, Stuchi & Araújo (2024), além de informações técnicas produzidas por Rangel (1987), Ramos (2000), Schwengber (2017) e Hirooka & Hoeltz (2018), entre outros – atestam a presença ancestral de povos indígenas nessa região mato-grossense. Tais registros revelam uma ocupação multissecular, com artefatos líticos, cerâmicos e registros rupestres comprovando redes socioculturais complexas, desafiando a narrativa hegemônica de uma Amazônia mato-grossense “vazia” antes da colonização recente.

É a partir da década de 1950 que projetos de colonização privada (Guimarães Neto, 1986; Moraes, 2022) passam a reconfigurar, violentamente, o espaço regional, impondo lógicas de racialização (Quijano, 2005) e colonialismo interno (González Casanova, 2007) que subalternizaram os povos indígenas locais. A expropriação dos territórios tradicionalmente indígenas, documentada por Dornstauder (1975), Joanoni Neto (2002) entre outros, não se limitou à esfera material: operou-se também um epistemicídio (Mignolo, 2011) sistemático, relegando histórias indígenas ao silêncio nos espaços públicos de memória.

Esse processo de apagamento histórico foi sustentado por uma estrutura de poder que privilegiava interesses econômicos vinculados à exploração madeireira e, posteriormente, à pecuária e a nova fronteira agrícola (Santos, 1996).

A cidade de Juara-MT, fundada em 1981 como empreendimento de colonização privada (Sant'ana, 2009), tornou-se emblemática dessa dinâmica: embora abrigue a maior população indígena do noroeste mato-grossense, sua identidade oficial foi construída sobre a exaltação de “pioneiros” e “desbravadores” não indígenas, apagando as violências fundadoras.

A economia local, inicialmente baseada em ciclos extrativistas, consolidou-se sob uma lógica de fronteira expansionista onde a memória indígena foi confinada à invisibilidade (Moraes, 2022), quando não criminalizada como entrave ao “progresso”. Essa marginalização foi reforçada por discursos midiáticos e políticos que naturalizaram a ideia de um passado recente como única história legítima, exemplificada pela declaração de um repórter local (TV Juara) em 2018: “Mas a história mesmo de Juara não está aqui”, ao desdenhar acervos arqueológicos e etnológicos indígenas musealizados (Moraes, 2022).

A resistência a essa narrativa unívoca manifesta-se não apenas nas lutas territoriais indígenas, mas também na materialidade arqueológica salvaguardada pelo Museu do Vale do Arinos. Artefatos como projéteis líticos, cerâmicas tipologicamente diversas e registros de oficinas de produção pré-coloniais, catalogados pelo IPHAN, desmontam o mito da ausência histórica indígena.

Contudo, tais evidências são sistematicamente negligenciadas pelo grupo hegemônico, que as interpreta como meros “vestígios” desconectados de agentes sociais contemporâneos. Essa estratégia de descontinuidade temporal, como parte da violência epistêmica colonial, visa dissociar os povos originários de seu passado, fragilizando suas reivindicações por direitos no presente. A transformação do museu em instrumento de celebração da colonização em 2024 revela, assim, não um mero revisionismo, mas a reatualização de um projeto político que busca apagar as raízes indígenas do espaço regional.

A tensão entre memória oficial e contra-memória indígena reflete-se na geografia simbólica de Juara. Enquanto monumentos públicos homenageiam colonizadores, o MuVA, situado na “Praça dos Colonizadores”, tornou-se um

espaço de insurgência ao exibir cores tradicionais indígenas em sua fachada e acolher narrativas multilógicas (Munduruku, 2024). Essa ocupação simbólica do centro urbano, longe de ser acidental, desafia a hierarquia espacial imposta pelo colonialismo interno, que confina as culturas indígenas à periferia geográfica e política. A reação violenta do poder público, materializada no golpe de 2024, evidencia o caráter subversivo dessa presença: ao trancar o museu, as elites locais buscaram não apenas controlar um edifício, mas reafirmar monopólios narrativos que legitimam seu domínio econômico e político.

Nesse contexto, a luta pelo MuVA transcende a disputa por um espaço físico: é uma batalha pela possibilidade de existência pública das memórias indígenas em uma região onde a colonialidade do poder (Quijano, 2005) ainda determina quem pode ser sujeito da história.

A persistência de acervos arqueológicos sob custódia ilegítima após o golpe, simboliza a continuidade de processos de espoliação iniciados no século XVI. A inércia do Ministério Público em proteger direitos culturais indígenas, analisada à luz das teorias de González Casanova (2007), expõe a cumplicidade do Estado com práticas de apagamento que transformam direitos constitucionais em letra morta. Assim, o Vale do Arinos configura-se como microcosmo das contradições amazônicas, onde passado e presente colidem na definição de quem tem direito a narrar – e a habitar – o futuro.

Nosso interesse em apresentar e falar, mais explicitamente, dos acervos arqueológicos e etnológicos, é porque se tratam de materialidades probatórias da presença histórica, milenar, de povos indígenas na região, portanto se caracterizam como contraprovas à narrativa, fabricada, de uma Amazônia regional “a-histórica”, um “vazio demográfico” anterior à colonização recente, sendo, portanto, os elementos materiais de memória indígena que mais afrontam o grupo hegemônico golpista.

UNEMAT E A CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DO VALE DO ARINOS (MUVA)

É indiscutível o fato de a universidade pública desempenhar papel fundamental no desenvolvimento social, econômico e cultural de um país. Sua importância reside principalmente na produção de conhecimento e, sobretudo, na sua democratização e influência na produção do mundo como conhecemos. A função social da universidade pública está intrinsecamente ligada à ideia de

que o conhecimento produzido deve servir ao bem comum. As universidades públicas são, portanto, vistas como instituições que não apenas produzem conhecimento, mas também o aplicam em benefício da sociedade (Gurgel, 1986). Esse compromisso com o bem público é importante para o desenvolvimento da sociedade como um todo (Menezes Neto, 1983).

No contexto do tripé ensino, pesquisa e extensão, a extensão assume um papel fundamental: É a via pela qual o conhecimento acadêmico é levado à comunidade, promovendo uma interação entre a universidade e a sociedade. Essa interação não apenas enriquece a formação dos estudantes, ao expô-los a realidades diversas e ao incentivo da prática de soluções inovadoras para problemas concretos, mas também fortalece os laços entre a universidade e a comunidade, gerando impactos positivos em ambas as partes.

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2010), a extensão universitária estabelece a relação mais direta entre a universidade e a comunidade, caracterizando-se como um processo educativo, cultural, científico e político interdisciplinar.

Em 2004 foi instalado em Juara um campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). De acordo com Braun (2023):

[...] os lugares onde a Unemat se insere na forma de campus, ganham com a formação de recursos humanos, com o desenvolvimento da pesquisa e inovação, com a transferência de tecnologia, com programas de incubadoras e aceleradoras, com cultura e arte. A presença da Unemat em um município representa desenvolvimento humano, técnico e impacto positivo na economia regional (Braun, 2023, p.01).

Conjuntamente à criação do campus, foi instalado o curso de pedagogia. Sobre este curso, especificamente, Moraes & Ferreira (2021) comentam que:

[...] o curso de Pedagogia tem ocupado a avenida principal da cidade para posicionar-se em defesa da educação pública, das e com as culturas indígenas, para combater o preconceito e a discriminação de classe, de raça, de origem, de credo e de gênero, para realizar campanhas contra a exploração sexual infanto-juvenil, para prevenir o câncer de mama, para alertar a sociedade sobre a violência doméstica entre tantas outras pautas. Uma pauta mais recente tem sido a sensibilização social sobre os impactos da instalação da usina hidrelétrica (UHE) “Castanheira” no rio Arinos, das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) “Batelão” e “Estrela de Fogo” no rio dos Peixes, do Complexo Hidrelétrico Juruena entre outras. Nesta ação de mobilização os estudantes se uniram a comunidades de pequenos e

pequenas produtoras rurais que serão impactadas pela usina hidrelétrica Castanheira (Moraes & Ferreira, 2021, p. 06).

Os autores op. cit. apontam para uma forte base de formação humana e política (e não apenas técnico-científica) do referido curso de pedagogia, dando-lhe sentidos multirreferenciais e práticas pedagógicas interculturais e decoloniais. Para os autores op. cit., a diversidade de movimentos e lutas que se originam no curso de pedagogia, ecoam em muitas direções e em muitas ações extensionistas.

Em 2018, um desses ecos foi na direção de se produzir um espaço público de memória que considerasse os diferentes povos formadores do Vale do Arinos, incluindo-se aí, obviamente, povos indígenas. Assim, em parceria com o Projeto de Pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes” (UNEMAT), e com outros grupos inter e multidisciplinares, este movimento plural deu origem ao Museu do Vale do Arinos.

A gênese do Museu do Vale do Arinos se encontra na UNEMAT, campus do Vale do Arinos (é o mesmo campus de Juara). Não nos referimos a sua gênese objetiva, técnica, científica, calculada. Falamos de uma gênese de sensibilidade, de afetividade para com as pautas sociais, de sentimento de pertencimento, de consciência de classe e identitária, de olhar crítico e sensível, de movimento, de lutas, de decolonialidades. Uma gênese construída ao longo da história do curso de pedagogia em cada dia de aula, em cada aula-campo, em cada movimento nas feiras culturais, nas feiras de ciência, nos festivais e luais, nos seminários e colóquios, nas atividades do projeto de pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes”, nas ações do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Diversidade da Amazônia Legal (LEAL) do campus, nas mobilizações em defesa do patrimônio histórico-cultural e do patrimônio natural, nas itinerâncias pedagógicas (Moraes & Ferreira, 2021, p. 04 – grifo nosso).

Moraes *et al.* (2023) explica que:

O primeiro registro do Museu do Vale do Arinos é como projeto de extensão universitária de 2016, denominado “Museu do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnocultural e Artístico do Vale do Arinos”. Sua justificativa trazia que “na região do Vale do Arinos, artefatos do patrimônio arqueológico tem sido objeto de coleta e coleção por parte dos moradores que os mantem sob guarda sem maiores cuidados” (Unemat, 2016, p.06 apud Moraes *et al.* 2023, p. 05).

Explica também que:

O projeto contou com a colaboração direta das comunidades indígenas regionais e, nominalmente, um total de sete lideranças indígenas e mais onze cartas de anuência de outras duas prefeituras e ainda outros órgãos, como o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Juara-MT (Moraes *et al.*, 2023, p. 05-06).

Munduruku (2019) ao falar de suas experiências, enquanto indígena, no processo de construção do Museu do Vale do Arinos, diz que:

O Museu do Vale do Arinos [...] está localizado na praça dos colonizadores, no centro da cidade. É importante ressaltar que a referida praça configura o cartão postal da cidade. Cidade que infelizmente carrega o apelido de “capital do gado”, uma referência ao agronegócio (pecuária) que domina o mercado local e regional. Tal observação da localização do prédio do museu se dá pelo fato de que o próprio prédio (após ser conseguido com muitas lutas) fora pintado pelos indígenas com as respectivas cores tradicionais de cada etnia, o que configura uma afronta à cúpula do poder político e econômico local. Mas para chegar até a “praça dos colonizadores” fora empreendido muitas lutas, muitos esforços, muitas estratégias e muita dedicação (Munduruku, 2019, p. 07).

O autor op. cit. também afirma que “[...] o Museu do Vale do Arinos é para nós indígenas uma extensão das nossas aldeias, um lugar de nossa cultura na cultura não indígena, o que o faz também um espaço de integração onde nós podemos conhecer e conviver com o outro sem deixar de sermos nós” (Munduruku, 2019, p. 09).

Arruda (2022, p. 350), ao analisar o processo de constituição do MuVA, entende que “este processo encontra-se permeado de tensões expressas através de diferentes atores sociais e políticos”. Moraes (2022) entende que o MuVA depois de constituído passou a ser atravessado por diversas formas de ataques e tentativas de sabotagem em razão da constante presença indígena, tanto a presença física (humana), quanto a presença nos acervos etnológicos e arqueológicos.

O entendimento de que o patrimônio etnológico e arqueológico do Vale do Arinos necessitava de musealização para proteção e difusão, a partir do projeto de extensão, na sua gênese, levou o governo municipal (representante do grupo hegemônico) a iniciar um processo sistemático de sucateamento da instituição.

A desvalorização dos acervos etnológicos e arqueológicos do Vale do Arinos não apenas afeta as populações indígenas remanescentes (atacando suas memórias representadas nesses acervos), mas também compromete o

reconhecimento da ocupação antrópica milenar da região. Nesse sentido, a universidade pública local (Unemat, campus de Juara) e suas ações extensionistas tem se mostrado essenciais para o enfrentamento e a transformação dessa realidade.

A SITUAÇÃO ATUAL DO MUSEU DO VALE DO ARINOS (MUVA)

Conforme é apresentado em seu *site* institucional:

O Museu do Vale do Arinos é, antes de tudo, uma instituição nascida na base. Sua gênese se encontra nos esforços de grupos multidisciplinares de docentes, pesquisadores, indígenas de diferentes etnias, estudantes e bolsistas a partir da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) através do Projeto de Pesquisa “Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes”, com a colaboração do Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos (ECUMAM) e da Archaeo Empresa de Pesquisa Arqueológica, na busca pela criação de um espaço de proteção e difusão do patrimônio histórico e cultural do Vale do Arinos. Em 2017 este conjunto de esforços provocou a Câmara Municipal de Juara a instaurar o Projeto de Lei Municipal nº 004/2017 que culminou com a Lei Municipal nº 2.682 de 15/01/2018, criando, efetivamente, o Museu do Vale do Arinos como instituição pública. Os seus acervos também foram produzidos no bojo desse movimento plural e se constitui, principalmente, de doações. Essa rede de parcerias se estende até os dias atuais, fazendo com que o Museu do Vale do Arinos rompa com a tradição museológica e musel da instituição verticalizada e imperativa, fazendo-a decolonial e multitransversal em seus processos políticos e pedagógicos (MuVA, 2025, www.museudovaledoarinos.org.br).

Sua legislação municipal o define como uma instituição de gestão compartilhada, onde o poder final de tomada de decisão não emana do chefe do executivo municipal. Essa organização institucional foi pensada, multidisciplinar, intercultural e decolonialmente, visando superar a forma tradicional de organização de museus municipais em Mato Grosso que, em geral, concentra o poder de tomada de decisão no chefe do poder executivo municipal, ou em quem ele delegar (secretários, chefes de departamentos etc), situação histórica que mantém privilégios hegemônicos e usos do espaço público de memória para fortalecer apenas a narrativa da legitimação da colonização, negando a memória indígena. Isso foi necessário visto que os agentes políticos mato-grossenses, de modo geral, representam, quase que de modo exclusivo, o interesse hegemônico.

Desta forma, inaugurou-se um novo modelo jurídico de instituição museal. Este novo modelo proporcionou, também, uma produção nova de instrumentos

jurídico-institucionais, o que é fundamental para se garantir sua funcionalidade e descentralização do poder de tomada de decisão. Como exemplo, em face do golpe sofrido pelo museu, aqui denunciado, foram essas produções novas de instrumentos jurídico-institucionais que possibilitaram a denúncia formal junto ao Ministério Público Estadual – Promotoria de Justiça de Juara – além do pedido de medida judicial para punir o autoritarismo do governo municipal, nessa situação.

Como mencionamos anteriormente, o MuVA, atravessa processo sistemático de sucateamento por parte da prefeitura desde a sua inauguração, conforme apresenta Moraes (2022) e Arruda (2022), em suas pesquisas. O campus universitário em que o museu se vincula é quem tem dado o suporte material necessário ao seu funcionamento e cumprimento de sua função social, apesar de não ser essa uma obrigação legal do referido campus. Esse processo de sucateamento é, na verdade, a materialização de diversas tentativas de tomada do MuVA, pelo governo municipal que intenciona fazer do museu um espaço de preservação da memória da colonização, de forma exclusiva.

Os embates nesse sentido sempre ocorreram de diferentes formas. Mesmo assim, as tentativas de tomada do MuVA, nunca prosperaram, dado a ampla rede de resistências que compõe a instituição – seja na sua dimensão formal (conselho curador, pesquisadores, bolsistas, parceiros etc), ou informal (alunado, indígenas, indigenistas, bolsistas, munícipes etc.).

Mesmo assim, em 05/06/2024, pela manhã, um servidor municipal em cargo de confiança do prefeito municipal de Juara – servidor este recentemente saído da prisão por ter participado do fatídico “8 de janeiro” – invadiu de forma arbitrária o MuVA, trocando as fechaduras de suas portas, impedindo o acesso de gestores, pesquisadores, bolsista, professores da UNEMAT e indígenas.

A ação truculenta de fechamento das portas da instituição é, por nós, lida com os nossos corpos, como expulsão, como um golpe em sentido amplo; que ao trancar o MuVA, expressou a violência da colonialidade e do coronelismo de mando, uma situação que se associa a diversas atitudes arbitrária que ainda ocorre dentro do estado brasileiro. Uma ação antidialógica e opressora que desconsiderou completamente ritos legais, ocorrendo à revelia dos princípios do direito público. Foi uma invasão literal! Com autoritarismo, ameaças e expulsão de indígenas – um estudante indígena Waurá, vindo recentemente do Parque Indígena Xingu, que estava alojado numa das salas do museu, ficou

sem poder, se quer, pegar seus pertences pessoais e de estudo (Moraes, 2024).

Após tentativas fracassadas de diálogo e em diálogos entre nós – os que estão do outro lado da história, com o apoio de instituições indígenas (Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI), movimentos indígenas (Movimento Indígena do Mato Grosso; Federação dos Povos Indígenas do Mato Grosso), de redes de museus (Rede de Educadores em Museus e Patrimônios do Mato Grosso-REMP; Rede de Museus da UNEMAT) e Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro-seção Mato Grosso – o presidente do Conselho Curador denunciou formalmente o golpe no MP/MT local. Assim, o museu, espaço de encontro, de estudos, pesquisas, segue proibitivo de acesso pelo arbitrário e ilegalidade.

A mídia local veiculou narrativas conflitantes. A guerra de narrativas reflete a tática colonial de silenciar vozes contra-hegemônicas. Dos canais de mídia utilizados pela prefeitura, apenas um ofereceu direito de resposta. Buscamos organizar uma ordem cronológica dessas publicações.

1 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.politizada.com.br/2024/06/museu-do-vale-do-arinos-de-juara-e.html?m=1>

2 – Fala do servidor municipal de confiança do prefeito de Juara (responsável pelo golpe).

<https://acessenoticias.com.br/destaque/gravissimo-denuncias-revelam-museu-de-juara-estava-sendo-usado-como-hotel-prefeitura-toma-medidas-rigorosas/>

3 – Fala do servidor municipal de confiança do prefeito de Juara (responsável pelo golpe):

<https://www.youtube.com/watch?v=P9G1EAuxQpg>

4 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.youtube.com/watch?v=NxkyLPh-rv0>

5 – Fala do diretor do Museu do Vale do Arinos:

<https://www.politizada.com.br/2024/06/diretor-rebate-fake-news-propagada-por.html?m=1>

O não direito de resposta dos canais de mídia utilizados pelo grupo hegemônico, com exceção de um, apenas, é representativo da própria história do Brasil, onde a mídia de massa é, desde sempre, usada na efetivação de golpes. Nesse cenário, a mídia de massa é sempre uma hidra de mil cabeças, com inúmeros tentáculos de interesses escusos, raramente produzindo narrativas em favor de atingidos que componham grupos minoritários, grupos

do outro lado, aqueles citados por Paulo Freire (2005), o dos esfarrapados do mundo, que tem que se organizar para a luta contra-hegemônica, pois essa mídia de massa, geralmente, faz parte do sustentáculo colonial, da manutenção das colonialidades.

Fomentar a guerra de narrativas é uma das táticas mais antigas utilizadas em processos de golpes. Nesse sentido, as falas do referido servidor municipal de confiança do prefeito, responsável direto pelo golpe, buscou direcionar a opinião pública na efetivação do golpe.

Evidentemente que o MuVA, não é a primeira instituição – que expressa em suas ações um trabalho de educação museal decolonial de abordagem intercultural e indígena – que sofre ataques de grupos hegemônicos com atitudes racializadas. Ao contrário, demonstra a atualidade do pensamento racializado e da negação da participação indígena em espaços públicos, bem como a negação do direito à sua memória e afronta à legislação, sem o receio da responsabilização. É parte de um constructo filosófico e epistemológico colonial, assumidos ainda em processos de colonialidades de poder investidos nas funções que ocupam na sociedade.

Esse golpe é a expressão dita pela ação de que o grupo hegemônico não quer a presença indígena, não quer a presença de acervos indígenas, de corpos indígenas, em qualquer espaço de poder – uma ferida colonial aberta no peito dos que estão do outro lado da história. Uma história não apenas contada, mas vivenciada ainda na atualidade (e um desrespeito flagrante aos princípios da Constituição Federal e outras legislações no que se refere aos direitos culturais indígenas).

Ao nos referirmos à memória – aqui na perspectiva de elemento (ainda) de luta contra a colonialidade – nos referimos à coleção de narrativas e artefatos escolhidos para representar o passado (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009). O esquecimento está intrinsecamente ligado à memória, pois ao selecionar o que será lembrado, culturas podem ser marginalizadas, resultando na invisibilidade de grupos minoritários, reforçando desigualdades (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009). O poder no discurso museológico se manifesta na autoridade dos museus em definir e legitimar a memória pública, moldando a percepção do passado, o que implica responsabilidade e pode ser contestado por atores sociais demandando inclusão de suas histórias (Chagas, 2009; Abreu & Chagas, 2009).

Essas intersecções entre memória, esquecimento e poder representam desafios significativos para os museus contemporâneos, que precisam reconhecer e corrigir omissões históricas e dar voz a narrativas silenciadas. Práticas como a curadoria universal com povos indígenas, gestão intercultural compartilhada e colaboração mútua nos processos de construção de exposições buscam mitigar esses desafios. O MuVA busca contemplar a diversidade histórica e cultural da região do Vale do Arinos, apesar dos obstáculos colocados pelo grupo hegemônico.

A busca hegemônica pela tomada do MuVA tem como intento a produção do esquecimento da memória indígena e, ao mesmo tempo, a utilização do espaço museal e suas produções – projetos expográficos, educação museal, educação patrimonial etc. – para legitimar o discurso da colonização e reafirmar valores coloniais, pois grupos hegemônicos da Amazônia mato-grossense tem encontrado nos museus municipais um espaço de legitimação de projetos colonizatórios do passado recente (e consequente razão da expropriação dos territórios tradicionalmente indígenas).

ARBITRARIEDADE CONTINUADA E A CUMPLICIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

A morosidade do Ministério Público Estadual (MPE-MT) diante da ocupação arbitrária e do desmantelamento do MuVA transcende a mera ineficiência burocrática: configura-se como cumplicidade institucional com a perpetuação da violência colonial. Apesar da denúncia formalizada em junho de 2024, que detalha a violação de dispositivos legais municipais (lei nº 2.682/2018; lei nº 2.874/2020), além do Estatuto de Museus (lei nº 11.904/2009), a Convenção 169 da OIT e a Constituição Federal (artigos 215 e 216), o órgão limitou-se a protocolos administrativos inertes, negligenciando medidas urgentes de reintegração de posse.

Essa morosidade calculada, analisada à luz da teoria de Spivak (2010) sobre a produção estratégica de silêncios estatais, opera como mecanismo de opressão: ao prolongar a arbitrariedade, inviabiliza pesquisas em andamento, interrompe programas educacionais com povos indígenas e esvazia o caráter público do museu, convertendo-o em espaço-fantasma. A lentidão judicial, longe de ser neutra, reforça a narrativa da Amazônia como território sem história anterior à colonização, legitimando a destruição de provas materiais que contestam esse relato hegemônico. Cada dia de inação consolida um

precedente perigoso, normalizando a ideia de que instituições culturais e de memória que considerem patrimônios indígenas podem ser apropriadas impunemente por grupos de interesse – prática que ecoa a lógica de grilagem territorial, agora transposta para o campo simbólico.

Os impactos dessa leniência e morosidade injustificada extrapolam a esfera jurídica, atingindo o núcleo dos direitos culturais indígenas. Ao impedir o acesso de pesquisadores e comunidades ao acervo – incluindo artefatos cerimoniais e documentos etnográficos essenciais para a reprodução de saberes tradicionais –, o MPE-MT torna-se coautor de um epistemicídio em escala institucional. A guarda ilegítima de patrimônios coletivos por agentes não autorizados viola princípios básicos da museologia, transformando acervos em reféns de disputas políticas. Para os povos indígenas locais, cujas narrativas históricas estão materializadas nas coleções do museu, a interdição do espaço equivale a uma segunda diáspora: a expulsão não apenas de corpos, mas de memórias constitutivas de suas identidades. A omissão estatal, neste contexto, atualiza práticas coloniais de arquivamento violento analisadas por Derrida (2001), nas quais o controle sobre os registros do passado determina quem pode reivindicar existência no presente.

A situação expõe uma contradição estrutural no sistema de justiça brasileiro: enquanto o Estado investe em políticas de reparação simbólica em âmbito nacional, suas instituições locais perpetuam lógicas de exclusão próprias do colonialismo interno (González Casanova, 2007). A ausência de medidas cautelares para proteger o museu – como a suspensão imediata dos atos administrativos ilegais e a determinação para a desintrusão – revela uma hierarquia de valores que subordina direitos culturais a interesses econômicos e políticos imediatos. Essa seletividade penal, documentada em estudos sobre violações patrimoniais na Amazônia, demanda não apenas a responsabilização dos agentes, mas uma reformulação radical dos marcos interpretativos que orientam a atuação do Ministério Público em casos de conflitos culturais.

A persistência da arbitrariedade, mais que uma ilegalidade continuada, é sintoma da colonialidade que ancora as próprias estruturas de poder jurídico, exigindo a "descolonização do direito" para que instituições públicas possam efetivamente servir à justiça epistêmica e não à manutenção de privilégios históricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este manuscrito evidencia como a violência colonial, longe de ser um resquício do passado, atualiza-se em práticas institucionais que atacam espaços de memória que respeitem povos indígenas, como demonstra o golpe contra o MuVA. A pretensa neutralidade acadêmica, quando não assume um papel ativo na desconstrução de narrativas opressoras, torna-se cúmplice. Nesse sentido, universidades e museus são convocados a transcender sua função meramente técnica, assumindo-se como agentes políticos na luta por justiça histórica e política.

A defesa do MuVA não se limita à preservação de acervos, mas configura-se como um imperativo ético para a descolonização das estruturas de poder que perpetuam hierarquias históricas. Ao denunciar a ocupação ilegal do museu mediante golpe, este trabalho reafirma a ciência como instrumento de resistência, posicionando-se explicitamente contra a naturalização de violências que subjugam povos originários.

Os museus municipais em Mato Grosso têm sido instrumentalizados como dispositivos de fabricação de uma memória seletiva, que celebra a colonização recente enquanto apaga milênios de ocupação indígena. Ao exaltar figuras como “pioneiros” e “desbravadores”, essas instituições legitimam discursos que associam progresso à destruição de saberes ancestrais, reforçando a ideia de “vazios demográficos” na Amazônia mato-grossense, antes da chegada de empreendimentos econômicos hegemônicos. Essa estratégia não apenas nega a historicidade indígena, mas consolida uma geopolítica do esquecimento, na qual o controle sobre o passado justifica a dominação no presente. O caso do Vale do Arinos revela como a disputa pela memória é indissociável da luta por território e autonomia, expondo a função dos museus como arenas onde se defrontam projetos antagônicos de sociedade.

A universidade pública, ao fomentar iniciativas como a criação do MuVA, demonstram seu potencial como aliada na construção de políticas interculturais e agendas humanizadoras. Contudo, sua atuação também tem sido sabotada por grupos que veem na educação crítica e progressista, na postura decolonial frente ao saber, uma ameaça à ordem estabelecida.

O ataque a essas instituições não é incidental: reflete o temor de que alianças entre academia, museus, movimentos sociais e povos indígenas desestabilizem narrativas dominantes. O fortalecimento de redes colaborativas

torna-se, portanto, urgente, não apenas para proteger conquistas como o museu em questão, mas para garantir que o conhecimento produzido sirva à transformação social, e não à reprodução de opressões.

As populações indígenas do Mato Grosso ao reivindicarem o direito à memória em museus municipais, desafiam séculos de invisibilização. Iniciativas como as dos povos Apiaká, Kayabi, Munduruku e Rikbaktsa, que transformaram o MuVA em extensão de suas lutas territoriais e simbólicas, mostram como a musealização pode ser um ato político de resistência e resgate.

A investida contra essa instituição, entretanto, expõe o quão dispostos estão os grupos detentores do poder hegemônico em reagir a qualquer contestação de seu monopólio narrativo. A possibilidade de que a ilegalidade seja judicialmente ratificada – ainda que contra evidências jurídicas – revela a profundidade do colonialismo entranhado nas instituições, onde a lei frequentemente serve a interesses particulares, não à justiça.

Diante desse cenário, a articulação de redes plurissetoriais – envolvendo universidades, organizações indígenas, movimentos culturais e entidades de defesa do patrimônio – emerge como estratégia indispensável. Tais alianças devem combinar ação jurídica, produção científica engajada e mobilização social, pressionando por respostas concretas às violações e fomentando contra-narrativas baseadas em evidências históricas e arqueológicas.

Paralelamente, é fundamental ampliar estudos sobre processos coloniais na Amazônia mato-grossense, desmontando mitos fundadores que sustentam a exploração predatória. O Museu do Vale do Arinos, em sua origem colaborativa, oferece um modelo de como instituições públicas podem operar como espaços de reparação simbólica, desde que protegidas de intervenções autoritárias.

A luta pelo museu sintetiza conflitos mais amplos que atravessam a Amazônia: a disputa pela terra, pelo direito à história e pelo reconhecimento da pluralidade como fundamento da vida social.

Enquanto comunidades indígenas seguem sendo expulsas de seus territórios físicos e simbólicos, a resistência em espaços como o MuVA mantém viva a possibilidade de reexistência. A defesa desse museu não é apenas uma batalha localizada, mas um capítulo importante na luta global pela descolonização das instituições culturais.

Que este artigo, ao documentar a violência sofrida, sirva não como epitáfio, mas como convocação: à academia, aos movimentos sociais e ao poder público, cabe a responsabilidade de reverter apagamentos, garantindo que as futuras gerações conheçam uma história desta tentativa silenciamento.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, Sharon. Primeiro monumento às vítimas da Covid-19 no Brasil é ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza (org.). *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1985.
- ARRUDA, Renato Fonseca de. *Política de Museu e Patrimônio Cultural da Unemat: trajetórias, perspectivas e desafios*. Tese. UNIRIO / MAST – RJ, junho de 2022.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, p. e172129, maio 2017.
- BARTH, Fredrik. (1976). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTGNAT, P.; STREIFF-, BARTH, F. (eds). "On the study of social change". *American Anthropologist*, 69(6). p. 661-669.
- BRAUN, Mayra Alcina Cardoso De Lima. *Percursos históricos do curso de Pedagogia em Juara-MT: memórias e perspectivas educacionais para o futuro*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara-MT, 2023.
- BRETON, Hervé, ALVES, Camila Aloisio. A narração da experiência vivida face ao "problema difícil" da experiência: entre memória passiva e historicidade. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v.17, n. 44, p. 1-14, jan./mar. 2021.
- CHAGAS, Mário de Souza. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia. *Revista do Patrimônio*, nº 34, Rio de Janeiro, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DORNSTAUDER, João Evangelista. *Como pacifiquei os Rikbaktsa*. Instituto Anchieta de Pesquisas: São Leopoldo, 1975.
- DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.
- FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. *Educação escolar indígena na Terra Indígena Apiaká-Kayabi de Juara-MT: resistências e desafios*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX, 2010, Belo Horizonte. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas-SP, 1986.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração - memória e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do Século XX. Cuiabá - MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (EDUFMT), 2006. 147

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Proj. História*, São Paulo, (27), p. 49-69, dez. 2003. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10510> acesso em 07 set. 2021.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. 2007. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf> acesso em 14 mai. 2024.

GURGEL, Roberto. M. *Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez, 1986.

GRÜNBERG, Georg. *Contribuições para a etnografia dos Kayabi do Brasil Central*. 1970. Tradução Eugênio G. Wenzel. Tese (Doutorado) – Universidade de Viena, 1970.

GRÜNBERG, Georg. *Os Kaiabi do Brasil Central: história e etnografia*. São Paulo: ISA, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 15 dez. 2024.

HIROOKA, Suzana; HOELTZ, Sirlei. *Relatório Final de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na UHE Sinop, MT*. Archaeo Pesquisas Arqueológicas Ltda. 2018.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença*. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.

JOANONI NETO, Vitale. Os projetos de colonização no Estado de Mato Grosso após 1970. *Póshistória*, Assis, v. 10, p. 219-237, 2002.

JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 26, p. 144-156, 2017.

JUARA, Mato Grosso. *Lei Municipal nº 2.682, de 15 de janeiro de 2018*. Disponível em <https://museudovalledoarinos.org.br/wp-content/uploads/2023/01/LEI-2.682.2018.pdf> acesso em 21 set. 2024.

JUARA, Mato Grosso. *Lei Municipal nº 2.874, de 16 de outubro de 2020*. Disponível em <https://museudovaledoarinos.org.br/wp-content/uploads/2023/02/LEI-MUSEU-DO-VALE-DO-ARINOS-2.pdf> acesso em 06 dez. 2024.

LIMA, Daniela Batista de. “*Vamos amansar um branco para pegar as coisas*”: Elementos da etnohistória Kajkwakratxi-jê (Tapayuna). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: 2012.

MENEZES NETO, Paulo E. *Universidade: ação e reflexão*. Fortaleza: Edições UFC; Imprensa Universitária, 1983. p. 233.

MIGLIACIO, Maria Clara. *Pedra Preta de Paranaíta: arte rupestre na ocupação do Alto Tapajós, Amazônia Mato-grossense*. Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas. v. 17, n. 30, jan./Jun. 2017, p. 173-201. Disponível em <http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/1765> acesso em 07 de jul. 2024.

MIGNOLO, Walter. *Historias Locais / Projeto Globais - Colonialidade, Saberes Subalternos*. Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Duke University Press, 2011.

MORAES, Saulo Augusto de. Processos dialógicos complexos: Considerações iniciais sobre o projeto de pesquisa Fronteira, Territorialidade e Cultura: o Vale do Arinos na Memória de seus Habitantes e o Museu do Vale do Arinos. *Revista de Educação do Vale do Arinos (RELVA)*, 2023. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/6139> acesso em 08 jun. 2024.

MORAES, Saulo Augusto de. ARRUDA, Renato Fonseca de; FALCÃO, Jairo Luís Fleck; KAYABI, Kawayp-katu; LEITE, Francine Suélen Assis; RANGEL, Marcio Ferreira; KAYABI, Dineva Maria; MORIMÃ, Evanilson Crixí; MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. *Museu do Vale do Arinos: Implementação de uma política municipal de patrimônio com enfoque na preservação das referências culturais indígenas*. IV CONGRESSO CIENTÍFICO INTERNACIONAL DA REDECT, 2023.

MORAES, Saulo Augusto de. *Práxis, Tessituras e Interculturalidade: Um estudo decolonial sobre o Museu do Vale do Arinos a partir da Câmara Setorial de Etnologia*. 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2022.

MORAES, Saulo Augusto de. STUCHI, Francisco Forte. ARAÚJO, Rosalia de Aguiar. Aproximações Etnoarqueológicas: *Experiências etnográficas e educação patrimonial com a etnia indígena Kayabi*. XXI JORNADAS ARGENTINAS DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN ARGENTINA E LATINOAMERICANA. SOBERANÍA Y EDUCACIÓN. MIRADAS DESDE LA HISTORIA Y LA POLÍTICA. A 100 años del nacimiento de Paulo Freire. Universidad Pedagógica Nacional Pública y Federal. Buenos Aires, 20 al 23 de octubre de 2021.

MORAES, Saulo Augusto de. FERREIRA, Waldinéria Antunes de Alcântara. *Por uma pedagogia da luta: Considerações a partir do Museu do Vale do Arinos*. SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMUEDU) da Universidade Federal

do Mato Grosso (UFMT), Departamento de Pedagogia. 2021. Disponível em https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/view/21075 acesso em 29 jun. 2024.

MOURA, Carlos Francisco. *A expedição Langsdorff em Mato Grosso*. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso. Imprinta Gráfica e Editora LTDA. Rio de Janeiro, 1984.

MOURÃO, Maria da Graça Menenzes. *História dos Apiacás*. Scortecci Editora, 64 páginas 1ª edição – 2008.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas do Vale do Arinos: uma análise a partir da perspectiva indígena Munduruku. *Anais* Vol. 14 (2019): Seminário de Educação do Vale do Arinos, Juara/MT, Brasil, 04-06 setembro 2019, Coordenação do Curso de Pedagogia, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

MUNDURUKU, Marcelo Manhuari. O Museu do Vale do Arinos para os povos indígenas Apiaká, Kayabi, Rikbaktsa e Munduruku, a partir da perspectiva indígena Munduruku. In: MORAES, Saulo Augusto de *et al* (Org). *Museu do Vale do Arinos: Experiências Educativas*. Publicações Museu do Vale do Arinos, 2024.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa. *Quando resistir é habitar: lutas pela afirmação territorial dos Kaiabi no baixo Teles Pires*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7264> acesso em 30 de jun. 2024.

QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial. 2005.

RAMOS, André Raimundo Ferreira. *Entre a cruz e a riscadeira: catequese e empresa extrativista entre os Munduruku (1910 a 1957)*. Goiânia: UFGO, 2000. (Dissertação de Mestrado). In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku> (2003;2021) acesso em 18 abr. 2024.

RANGEL, Lúcia Helena. *Área Indígena Apiaká-Kayabi*. FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Relatório de Avaliação. (OS Ref. Relatório nº 324, 1986/1987). Outubro de 1987. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/relatorio-de-avaliacao-aea-idigena-apiaka-kayabi> acesso em 02 de jun. 2024.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. *Alianças multifacetadas*. Colonização de Juara – Mato Grosso – Discursos, Práticas Culturais e Memórias (1971-2008). Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História – História, Territórios e Fronteiras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. *Relatório mensal de monitoramento arqueológico nas áreas de influência aa CGH Fazenda Modelo*, município de Juara – MT. Espaço Arqueologia. 2017.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. *Revista ibero-americana de estudos em educação*, v. 12, n. 4, p. 1942– 1954. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9270>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STUCHI, Francisco Forte. *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia*. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo (USP). Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) São Paulo. 2010.

TEMPESTA, Giovana Acacia. *Travessia e Banzeiros: Historicidade e organização sociopolítica Apiaká*. Tese apresentada de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. 2009. Disponível em http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4047/1/2009_GiovanaAcaciaTempesta.pdf acesso em 02 jul. 2024.

Saulo Augusto de Moraes: Mestre em Educação e atualmente doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (Universidade Anhanguera – UNIDERP). É docente interino da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara, com atuação voltada a educação intercultural e projetos indigenistas. Diretor do Museu do Vale do Arinos (MuVA Juara-MT / UNEMAT).

Jairo Luís Fleck Falcão: Doutor em História (Universidade do Vale do R-rio dos Sinos – UNISINOS). Professor adjunto efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Juara, onde atua na graduação (Pedagogia e Administração) e na pós-graduação em Educação e Ensino de História, com pesquisas em história e formação docente.

Renato Fonseca de Arruda: Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). Professor visitante no PPGGeo Unemat, campus de Cáceres, desenvolvendo estudos em territórios culturais, fronteiras, museologia social e preservação do patrimônio cultural e biocultural. Atua como coordenador de Ensino Pesquisa e Extensão do MuVA Juara-MT / UNEMAT.

Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira: Doutora em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Professora efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), com atuação nos programas de pós-graduação em Educação (PPGEdu) e em Ensino em

Contexto Indígena Intercultural (Campus de Barra do Bugres). Suas principais áreas são educação escolar indígena, diversidade cultural e interculturalidade.

Francine Suélen Assis Leite: Mestra em Educação (Universidade Federal de Mato Grosso) e atualmente doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP). É professora interina do curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Juara, atuando em história da educação e formação de professores.

Rosalia de Aguiar Araújo: Mestra em Ciências Florestais e Ambientais (Universidade Federal de Mato Grosso). É professora interina da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), campus de Juara, no departamento de Pedagogia, com experiência em educação ambiental e educação indígena. Atualmente cursa doutorado em Ciências Ambientais (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Texto recebido em: 06/05/2025

Texto aprovado em: 12/09/2025